

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE NO CONTEXTO ATUAL

Marta Joelma Bezerra¹.

RESUMO: O ambiente educacional – instituições de ensino, principalmente, as escolas – é considerado para muitos estudantes – principalmente do ensino fundamental – um segundo lar e/ou uma segunda família, devido ao tempo que lá permanecem, bem como devido às experiências de vida que lá absorvem. Com base nesse princípio, pais e responsáveis mantêm um estreito relacionamento com os docentes e, conseqüentemente, por meio de um bom relacionamento entre pais/responsáveis e docentes, os estudantes tendem a ser altamente beneficiadas no processo de ensino e aprendizagem, inclusive, na área da educação especial, uma área significativa no espaço educacional, originada pela associação com variadas e complexas questões que envolvem sujeitos que portam necessidades especiais, independentemente do grau de tal necessidade. O objetivo geral é averiguar as principais características da formação de professores, com ênfase para questões associadas ao currículo adaptado. Sobre a definição dos objetivos específicos, estabeleceu-se o seguinte: verificar aspectos conceituais sobre a formação docente no ambiente educacional do Brasil; investigar questões relevantes sobre a diversidade no contexto educacional; analisar as vantagens do currículo adaptado para a educação especial. A metodologia adotada nesse estudo foi a seguinte: Revisão Bibliográfica Narrativa (Revisão de Literatura).

Palavras-chave: Ambiente Educacional. Currículo Adaptado. Diversidade. Educação Especial. Escola.

ABSTRACT: The educational environment - educational institutions, mainly schools - is considered for many students - mainly in elementary school - a second home and / or a second family, due to the time they stay there, as well as due to the life experiences there. absorb. Based on this principle, parents and guardians maintain a close relationship with teachers and, consequently, through a good relationship between parents / guardians and teachers, students tend to be highly benefited in the teaching and learning process, including in the field. special education, a significant area in the educational space, originated by the association with varied and complex issues involving subjects who have special needs, regardless of the degree of such need. The general objective is to investigate the main characteristics of teacher education, with emphasis on issues associated with the adapted curriculum. Regarding the definition of specific objectives, the following was established: to verify conceptual aspects about teacher education in the educational environment of Brazil; investigate relevant issues about diversity in the educational context; analyze the advantages of the curriculum adapted for special education. The methodology adopted in this study was as follows: Narrative Bibliographic Review (Literature Review).

Keywords: Adapted Curriculum. Diversity. Educational Environment. School. Special Education.

¹ Doutoranda no curso de Ciências da Educação. E-mail: martajoelma77@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As bases conceituais e filosóficas de Educação que norteiam o currículo influenciam estritamente na cultura escolar. O currículo é um instrumento de elevada importância para a estruturação das metodologias de ensino-aprendizagem, que necessita ser desenvolvido mediante a seleção do conhecimento e análise de práticas experienciadas nos contextos sociais, políticos, culturais, intelectuais e pedagógicos. Os entendimentos acerca da formulação de currículo educacional estão em constante formulação/reformulação e são aspectos centrais para que se aumente a qualidade do ensino, que se analise a *práxis* do professor e que fundamente o desenvolvimento de inovações nas instituições de ensino (MORICONI, 2012).

O currículo demarca e analisa o conhecimento válido e os métodos pedagógicos utilizados em sua transmissão. Este deve prezar pela transmissão do conhecimento, assim como deve buscar transmitir cultura, contribuindo com o processo de construção identitária e, em linhas gerais com a subjetividade (BALADELI; BARROS, 2012).

Averiguando-se essa conjuntura, ressalta-se o seguinte problema de pesquisa: qual é a importância do currículo adaptado para a diversidade no contexto contemporâneo da educação brasileira? O objetivo geral é averiguar as principais características da formação de professores, com ênfase para questões associadas ao currículo adaptado. Sobre a definição dos objetivos específicos, estabeleceu-se o seguinte: verificar aspectos conceituais sobre a formação docente no ambiente educacional do Brasil; investigar questões relevantes sobre a diversidade no contexto educacional; analisar as vantagens do currículo adaptado para a educação especial.

A metodologia adotada nesse estudo foi a seguinte: Revisão Bibliográfica Narrativa (Revisão de Literatura). Em relação a estrutura, destacam-se os seguintes elementos: capítulo 1 – introdução; capítulo 2 – foram verificados aspectos conceituais sobre a formação docente no ambiente educacional do Brasil; capítulo 3 – foram investigadas questões relevantes sobre a diversidade no contexto educacional; capítulo 4 – foram analisadas as vantagens do currículo adaptado para a educação especial; capítulo 5 – metodologia; considerações finais.

2 AMBIENTE EDUCACIONAL BRASILEIRO: FORMAÇÃO DOCENTE

Uma escola desligada do mundo exterior dos seus alunos, dos seus anseios, dos seus interesses e aflições, corre seriamente o risco de ser ultrapassada e ficar para trás, contribuindo desta forma para a criação de 'inimigos do conhecimento' (DOURADO, 2015). Sem motivação, não há aprendizagem. A motivação escolar acontece, muitas vezes, de forma involuntária no ambiente educacional. Nas escolas, ainda há pouca discussão a respeito de métodos e ferramentas motivacionais para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. O tema motivação está em alta no século XXI, no entanto, quem mais utiliza tal estratégia é o ambiente corporativo, enquanto no ambiente educacional ainda há muito para se avançar em relação a estratégias que contribuam na motivação dos estudantes para o processo de ensino e aprendizagem (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011).

Quando o aluno está desmotivado, a sua aprendizagem fica prejudicada. Nesse sentido, o docente deve sondar tais situações e, principalmente, planejar/agir de forma eficiente sobre tais casos. Ressalta-se que, para aprender, é necessário querer. Nesse contexto, o desafio está no modo de motivar esse querer. O querer é em si é uma necessidade individual, assim como o processo de aprendizagem de cada indivíduo. Assim, essas necessidades devem ser influenciadas e motivadas. As influências podem originar-se de aspectos internos ou externos (DOURADO, 2015).

A motivação é um recurso importante em diversas áreas sociais e mercadológicas, e também pode ser utilizada no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes por meio de instrumentos e/ou métodos motivacionais, com a finalidade de despertar no estudante o interesse pelas atividades educacionais no ambiente escolar. Esses instrumentos e métodos envolvem professor, escola, família, entre outros aspectos associados ao cotidiano do estudante, e devem ser realizados com o intuito de motivar a criança a estudar, considerando e respeitando o tempo adequado de cada um (TARDIF, 2014).

O desempenho dos estudantes depende da compreensão sobre a importância e relevância do estudo em sua vida e, principalmente, depende de motivações relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. O início da formação é considerado muito teórico, pouco prático e diferente da realidade de sala de aula. (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ,

2011). Os conteúdos de formação são sintetizados em aprendizagem estabelecida como um processo organizado, onde o ensino é caracterizado como ação de comunicação, bem como a autoavaliação e o questionamento estão implicados na formação, e as competências adquiridas estão associadas com as classes, a sociedade, as disciplinas, ao estudante e ao próprio professor (PERRENOUD, 2008).

O professor da área de educação básica necessita de consideração mais elevada a partir de profissionais de educação, gestores, coordenadores, docentes que atuam no ensino superior, dentre outros profissionais da área que já possuem conhecimento e experiência, em relação aos princípios formativos – estrutura, currículo e dinâmica das licenciaturas. É necessária uma adequada participação por parte dos demais profissionais da área de educação para inserir os docentes da educação básica no ambiente profissional, de modo que esses novos professores possam proporcionar uma educação de qualidade aos educandos (GATTI, 2014).

A LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) – estabelece, por meio do artigo 36, seção II, que o currículo deve adotar metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes. Além disso, no artigo 24, estabelece que a verificação do rendimento escolar deve observar determinados critérios, dentre eles, a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, levando a crer que o ambiente ideal de ensino é aquele onde o conhecimento é edificado de forma participativa entre todos os que compõem uma sala de aula. O professor, portanto, carrega a função de mediador no processo de aprendizagem dos discentes (FREIRE, 2011). As relações dos professores com os saberes são conduzidas pelo trabalho em si, cujo ambiente lhes oferece convicções e juízos para solucionar obstáculos na rotina educacional (TARDIF, 2014).

3 O RESPEITO À DIVERSIDADE

A diversidade – compreendida como uma construção histórico-social e cultural – faz-se presente em todas as esferas de relações sociais. Importante citar que a diversidade e a pluralidade cultural figuram como centro de extensivos debates políticos presentes desde a colonização e a formação do povo brasileiro (VIEIRA, 2018). Posicionamentos em prol do respeito à diversidade no currículo, muitas vezes, questionam os currículos escolares, haja vista, a falta de debates sobre os referidos temas.

A maior projeção a partir da segunda metade do século XX, de movimentos sociais intitulados identitários, fez com que houvessem profundas transformações nas políticas educacionais. Neste contexto, uma série de grupos minoritários (afrodescendentes, indígenas, mulheres, homossexuais) passaram a reivindicar direitos iguais. Importante ressaltar que o conceito de minoria está relacionado com a partilha de direitos e não com a quantidade da população em si (PACHECO, 2011).

No ambiente escolar, propício para discussões sobre diversidade, os debates sobre este tema vêm ganhando espaço, haja vista a importância em se fazer presente nos currículos assuntos relacionados aos aspectos étnicos, culturais, raciais, religiosos, políticos, territoriais, socioeconômicos, físicos e comportamentais que influenciam abertamente, na formação dos indivíduos (ORTIGARA; GANZELI, 2011).

Reconhecer e respeitar a diversidade é primordial para que se estabeleça nas escolas um sistema verdadeiramente inclusivo. Em linhas gerais, defende-se que a diversidade e a cidadania são princípios que devem se fazer presentes no estabelecimento de um projeto educacional inclusivo (SCHEIBE; BAZZO, 2013).

Respeitar a diversidade faz com que a cidadania seja assegurada a todos e os vínculos sociais sustentados. Uma sociedade genuinamente inclusiva é aquela que defende que toda diversidade, seja ela decorrente do gênero, etnia, diversidade sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte do mosaico pessoal de cada indivíduo e estabelecem a condição do sujeito na cultura e na sociedade, deve ser preservada e aceita (MAGALHÃES; VIEIRA, 2017).

A relação da diversidade com o currículo irá depender, sobretudo, do entendimento que se tem acerca da educação e do olhar humano de educadores na procura por um sistema educacional que propicie a inclusão para todos no ambiente escolar, contribuindo

para que este espaço se torne cada vez mais democrático e aberto à diversidade. Em linhas gerais, diz respeito a um modelo pedagógico/ético-político que deve ser implementado / praticado no cotidiano escolar (CORDEIRO; GOMES, 2012).

4 EDUCAÇÃO ESPECIAL: A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO ADAPTADO

Estruturar os currículos significa delimitar os conhecimentos que serão relevados, estimados e transmitidos aos alunos pela instituição de ensino. Diz respeito, do mesmo modo a manutenção ou não de aspectos que possam propiciar a cultura de inclusão no cotidiano escolar. Espera-se, com a estruturação de políticas inclusivas, dimensionar o currículo para atender os alunos da Educação Especial, estruturando as práticas pedagógicas de forma alinhada com o ensino de qualidade e com a proposta de acolhimento e respeito à heterogeneidade própria da natureza humana (BRITO; CALDAS, 2016).

Entretanto, na esfera político-administrativa, o currículo educacional é desenvolvido por poderes instituídos. Nele apresentam-se dispostas imposições para um nível educativo, bem como princípios a serem observados na estruturação dos referidos currículos, podendo estes não representarem avanços no campo da educação inclusiva.

Para versar sobre as questões que compreendem o currículo da Educação Básica e sua interrelação com a Educação Especial, torna-se importante ter entendimento acerca da organização do AEE e de como esse trabalho em sala de recursos multifuncionais, ou de modo abrangente a outras ações, pode contribuir ou impossibilitar o que se espera do currículo em face à dimensão de inclusão, com a utilização do projeto político pedagógico da escola e da qualificação de profissionais responsáveis por atender os estudantes e os professores presentes em classes regulares de ensino.

A escola regular, no decorrer de sua história, não se estabeleceu reconhecendo o paradigma da diversidade de indivíduos, porém, de modo inverso, sempre prezou pela padronização, buscando contemplar objetivos educativos dos estudantes que já se apresentavam inseridos nos ‘padrões de sociedade’ (TARDIF, 2014).

A Educação Especial é um modo de educação que deve estar presente em todos os níveis de ensino, compreendendo desde a educação básica até o nível superior, assim como exposto nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial em Educação Básica.

Destarte, deve-se procurar o diálogo e a interação de inúmeras matrizes curriculares que norteiam etapas e segmentos de ensino (CAMPOS NETO; LIMA; ROCHA, 2017). Em relação aos estudantes com sérias limitações psíquicas ou múltiplas, que impossibilite o seu acesso às salas de aula regulares, sugere-se a possibilidade de um currículo específico, que apresentará um caráter pragmático com adaptações significativas (TURMENA; AZEVEDO, 2017).

Segundo a Resolução nº 02 (BRASIL, 2001), o currículo e a avaliação devem ser mecanismos funcionais, oferecendo a devida evolução das capacidades do indivíduo em âmbito social, promovendo acessibilidade para diversos campos - conhecimento, cultura e meios de trabalho -, impulsionados pela sociedade local por meio da inclusão do educando no ambiente social em que vive.

O currículo do educando inserido no ensino público, *target* da Educação Especial, deve estar condizente com modalidade de ensino em que o mesmo se encontra matriculado, porém com específicas adaptações. Assim sendo, o currículo deve ser reestruturado no sentido de possibilitar uma inclusão real e um atendimento público com qualidade. Mas para isso, as adaptações curriculares não podem se referenciar em currículos dissonantes dos ideários da inclusão (TURMENA; AZEVEDO, 2017).

As adaptações curriculares são entendidas como a soma das alterações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação no currículo de um modo geral, ou certas especificidades dele, para melhor receber os estudantes com necessidades especiais. O desenvolvimento de adaptações curriculares são compreendidas como necessárias para que as necessidades específicas de aprendizagem de certos alunos sejam supridas (CAMPOS NETO; LIMA; ROCHA, 2017). Contudo, elencar essas 'necessidades' necessita que os sistemas educacionais alterem não somente suas atitudes e expectativas acerca desses estudantes, mas que se movimentem para estabelecer uma efetiva instituição destinada a acolher todos e que contemple as suas necessidades específicas.

Para isso, necessita-se de adaptações curriculares que podem acontecer em três níveis: Adaptações associadas ao projeto pedagógico (currículo escolar) - focalizadas, notadamente, na organização escolar e suporte, promovendo condições adequadas tanto para o coletivo quanto para o aluno em específico; Adaptações associadas ao currículo da classe - referem-se, especialmente, ao cronograma de ações desenvolvidas no ambiente

interno da sala de aula; Adaptações curriculares individuais - foco na atuação do docente para a avaliação e assistência individual de cada educando (SPAGNOLO; TEDESCO; OLIVEIRA, 2014).

Em suma, a não rigidez curricular faz-se necessária, pois no contexto de educação inclusiva, não se pode desenvolver um trabalho a partir de normas pedagógicas estritas e impessoais onde todos os estudantes, sem a consideração de seus interesses, necessidades e aptidões, experiência de vida e escolar, devam se submeter coletivamente à mesma proposta metodológica, sem que haja adaptações para que possa existir isonomia no ambiente escolar (FORMOSINHO; MACHADO, 2008). Assim sendo, torna-se importante, a luta pelo estabelecimento de um ensino diferenciado e que seja proposto por uma gestão com maior flexibilidade em relação ao currículo, em que sejam previstas acomodações curriculares, currículos alternativos ou funcionais.

As adequações curriculares podem ser entendidas como estratégias e critérios relacionados a atuação docente, compreendendo a tomada de decisão que objetivam ajustar a ação educativa escolar às peculiaridades de aprendizagem dos estudantes, haja vista o processo de ensino-aprendizagem implica no atendimento as necessidades específicas de cada aluno na escola (CAMPOS NETO; LIMA; ROCHA, 2017).

Portanto, nota-se que a instituição de ensino deve ser compreendida como o lugar onde a diversidade e a inclusão são materializadas a partir das relações que se estabelecem e são compartilhadas no meio escolar. A Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), por meio do capítulo 5, estabelece a Educação Especial como um método de educação escolar oferecida para educandos portadores de necessidades educacionais especiais. Nesse ínterim, advoga a adaptação curricular como uma forma de suprir as demandas que se fazem presentes devido as dificuldades relacionadas à padronização da ação pedagógica e inflexibilidade que ainda se faz presente no currículo.

As adaptações curriculares estabelecem, pois, possibilidades educacionais de ação como respostas às dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Atesta que sejam realizadas alterações no currículo regular, quando preciso, para que seja apropriado às especificidades dos alunos com necessidades especiais. Não se defende a criação de um currículo, mas um currículo dinâmico, flexível e que possa ser ampliado passível de suprir as necessidades de todos os educandos.

Assim sendo, faz-se importante assinalar que o aluno não deve aprender conteúdos diferentes, mas aprender conteúdos a partir de metodologias adequadas às suas especificidades. Esta questão deve ser apontada, pois a escola apresenta como principal objetivo contribuir com o desenvolvimento cognitivo do estudante, possibilitando seu desenvolvimento (BRITO; CALDAS, 2016).

Dependendo do nível de intensidade, cada apoio deve ser agrupado de acordo com o material ‘Saberes e Práticas da Inclusão’ (BRASIL, 2006), da seguinte forma: Intermitente - situacional, eventual, necessário somente em certos momentos, provisório e de curta duração. Exemplo: apoio em situações de crise ou em momentos específicos que envolvam o processo de ensino-aprendizagem; Limitado – durante tempo pré-estipulado e com objetivos delineados. Exemplo: reforço pedagógico para suprir dificuldades apresentadas em certo conteúdo curricular no decorrer do bimestre ou semestre, estabelecimento de atividades como psicomotricidade para o alcance de objetivos propostos que facilitem o desenvolvimento do estudante; Extensivo - atendimento regular, em ambientes definidos, sem a limitação de tempo. Como exemplo: atendimento em sala de recursos, auxílio psicopedagógico e por profissional itinerante; Permanente - constante, de elevada intensidade e de longa duração ou no decorrer de toda a vida, abrangendo trabalho interdisciplinar para o atendimento ao estudante em diversos ambientes. Este serviço é direcionado para estudantes com deficiências severas ou múltiplas (BRASIL, 2006).

A maior parte das adaptações curriculares concretizadas nas instituições de ensino são consideradas menos significativas, pois são modificações menores no currículo básico e podem ser facilmente postas em prática pelo professor em planejamento normal de sua docência, constituindo-se de pequenas acomodações dentro do contexto escolar – Quadro 1.

Quadro 1 – Adaptações curriculares gerais (ajustes menos significativos).

Tipo de Adaptação	Descrição
Adaptações organizacionais	Questões relacionadas a organização no ambiente interno educacional, como a disposição de estudantes e mobiliários, de materiais didáticos, de espaço e também, estimativa de tempo acerca das atividades que serão realizadas.
Adaptações associadas a objetivos a serem atingidos e	Dizem respeito à priorização de áreas ou unidades a serem desenvolvidas como leitura, escrita e cálculos,

conteúdos a serem lecionados	objetivando o incremento de habilidades sociais, de trabalho em equipe e de perseverança para o término das atividades.
Adaptações em nível de avaliação	Compreendem a modificação em instrumentos e técnicas de avaliação de forma que as singularidades de estudantes com deficiência sejam supridas.
Adaptações quanto aos processos e atividades de ensino e aprendizagem	Abarcam aspectos relacionados à práxis do professor, envolvendo a escolha de métodos ajustados, estratégias de aprendizagem, ficando a cargo da equipe profissional disponibilizar recursos de apoio e diferentes níveis de complexidade.
Adaptações em nível de temporalidade	Dizem respeito ao tempo estipulado para a realização de atividades e para se obter os objetivos esperados.

Fonte: Brasil (2013), adaptado pelo autor.

As adequações significativas são aquelas realizadas quando as medidas curriculares menos significativas não conseguem atender as particularidades dos estudantes, resultantes de questões como aumento da complexidade das atividades desenvolvidas e avanço nos níveis de ensino, falta de preparo da equipe docente – Quadro 2.

Quadro 2 – Adaptações curriculares significativas.

Tipo de Adaptação	Descrição
Adaptações associadas aos objetivos a serem atingidos	Indicam decisões que alteram de modo significativo o planejamento em relação às metas traçadas, definidos como, eliminação de objetivos básicos quando estes não são condizentes com os alunos atendidos, seja temporária ou permanentemente. Estruturação de objetivos possam ser alcançados por todos os estudantes em vista aos conteúdos programáticos de cada nível de ensino.
Adaptações associadas aos conteúdos a serem lecionados	Introdução de conteúdos essenciais, assim como a não utilização de conteúdos que, apesar de importantes ao currículo são inalcançáveis por parte do estudante.
Adaptações envolvendo o método de ensino e aprendizagem	Quando ocorre a necessidade de introdução de métodos específicos de atendimento ao estudante, devem ser coordenados pelo docente em atendimento educacional especializado.
Adaptações sobre o método de avaliação	Estão atreladas às alterações em conteúdos que foram acrescidos ou eliminados, não realizando deste modo a cobrança de resultados que estejam além da capacidade do aluno.
Adaptações em nível de temporalidade	São adaptações temporais realizadas para que o aluno obtenha as aprendizagens necessárias para seu desenvolvimento, respeitando seu próprio ritmo. Necessita de uma avaliação de contexto escolar e

	familiar, pois pode haver a necessidade de um prolongamento maior de tempo de escolarização do estudante, não significando retenção, mas divisão e sequenciamento de objetivos e conteúdos.
--	---

Fonte: Brasil (2013), adaptado pelo autor.

As adaptações curriculares abarcam a participação de todos os profissionais presentes na instituição de ensino, assim sendo, não devem ser estabelecidas de modo singular e que se traduza em ajustes na relação entre o professor e o estudante, mas, para além disso, as adaptações curriculares devem abranger uma mudança total da política da escola, para que a inclusão seja realmente alcançada. Outro aspecto relevante, que deve ser citado é a importância de se registrar as atividades e adaptações realizadas, como forma de documentar os processos desenvolvidos (BRASIL, 2013). Importante salientar que o docente é o principal responsável pela definição do nível de competência curricular do estudante, bem como na aferição acerca das questões que interferem no processo de ensino e aprendizagem (TURMENA; AZEVEDO, 2017).

De acordo com as condições associadas ao processo de ensino e aprendizagem dos educandos portadores de necessidades especiais, TGD e indivíduos com alto nível de habilidade – indivíduos superdotados –, poderão ser necessárias adaptações curriculares de temporalidade, pois, concebe-se de elevada importância que seja examinado o tempo que o estudante precisa para alcançar as metas educacionais propostas em relação à sua aprendizagem (BRASIL, 2013).

5 Metodologia

O presente estudo foi realizado com base em prestigiados autores e suas obras publicadas na área da Educação. Para o desenvolvimento desse estudo, foi utilizada a metodologia de Revisão da literatura, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2017), baseia-se no levantamento de um grande volume de publicações, na forma de livros, periódicos, publicações avulsas e imprensa escrita. Seu intuito reside no contato direto do pesquisador com o material publicado acerca de um determinado assunto, tal contato permite que o autor compreenda sua pesquisa.

A Revisão Bibliográfica Narrativa inclui a leitura crítica, questionadora e seletiva das publicações selecionadas de forma a destacar os aspectos mais relacionados ao

problema de pesquisa (BENTO, 2012). O referencial teórico é essencial para fornecer o embasamento teórico necessário à robustez do trabalho, permitindo a discussão de ideias entre os autores mais relevantes na área pesquisada. Segundo Martins e Pinto (2001), tal procedimento é essencial a compreensão de conceitos, bem como para a condução de novos estudos sobre o tema.

No que tange ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, um importante ponto de referência ao pesquisador, o qual é responsável pela pesquisa extensa e sua avaliação crítica (CAJUEIRO, 2012). Deste modo, um procedimento metodológico orientado por uma pesquisa qualitativa avalia as informações obtidas e é capaz de apresentar conclusões relevantes, de acordo com um dado problema de pesquisa pré-determinado (ROTHER, 2007).

A pesquisa qualitativa nesse estudo é exploratória, pois é o método que possui maior identificação com a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa (Revisão de Literatura), cuja metodologia foi adotada para o desenvolvido deste artigo. Ressalta-se um importante conceito sobre pesquisa exploratória:

Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

Nesse íterim, a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa objetiva buscar em bases de dados, identificar os artigos, avaliá-los e proceder à sua discussão. Verifica-se que a Revisão Bibliográfica Narrativa, método de escolha adotado, visa a apreensão e a análise dos fundamentos de natureza científica, isto é, de trabalhos de impacto científico, publicado em periódicos, jornais e/ou outros meios científicos nacional e/ou internacional (DEMO, 2009).

Assim, conclui-se que a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa, com base em uma pesquisa qualitativa exploratória, pode estimular uma discussão coerente quanto ao objeto de estudo, buscando conclusões inovadoras e permitindo o desenvolvimento de outros estudos posteriores com o intuito de ampliar as reflexões sobre o tema (SOUSA; FIRMINO; MARQUES-VIEIRA; SEVERINO; PESTANA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente educacional – instituições de ensino, principalmente, as escolas – é considerado para muitos estudantes – principalmente do ensino fundamental – um segundo lar e/ou uma segunda família, devido ao tempo que lá permanecem, bem como devido às experiências de vida que lá absorvem. Com base nesse princípio, pais e responsáveis mantêm um estreito relacionamento com os docentes e, conseqüentemente, por meio de um bom relacionamento entre pais/responsáveis e docentes, os estudantes tendem a ser altamente beneficiados no processo de ensino e aprendizagem.

A escola está integrada intimamente na vida do estudante, tendo diversos fatores em comum com o cotidiano do aluno e isso é crucial nessa relação. Uma escola desligada do mundo exterior dos seus alunos, dos seus anseios, dos seus interesses e aflições, corre seriamente o risco de ser ultrapassada e ficar para trás, contribuindo desta forma para a criação de 'inimigos do conhecimento'. A reflexão sobre a concepção da formação de professores que, até a pouco tempo, objetivava a capacitação destes, por meio da transmissão do conhecimento, a fim de que aprendessem a atuar eficazmente na sala de aula, vem sendo substituída pela abordagem de analisar a prática que este professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimento para os professores, considerando os saberes da experiência.

Constatou-se que, para uma instituição de ensino ser caracterizada como inclusiva, o currículo não deve ficar restrito a adaptações realizadas para educandos portadores de necessidades especiais. Antes disso, é o fator crucial para se obter a educação de qualidade que considere a diferença e assegure igualdade de oportunidades. Esse posicionamento está atrelado à nova concepção curricular, que busca trabalhar a questão da pluralidade e respeito da figura humana.

Averiguou-se que a característica fundamental de um currículo inclusivo é a não rigidez. Um currículo que preze pela diversidade deve ser passível a alterações tanto de objetivos específicos, quanto dos aspectos metodológicos presentes em sua estrutura, conservando, todavia, o eixo comum previsto para cada nível e etapa de ensino.

Verificou-se que a estruturação curricular deverá contemplar o desenvolvimento de metodologias ajustadas para o estudante com necessidade educacional especial em cada etapa e modalidade, podendo ser feitas adequações curriculares conforme supracitado.

Concluiu-se que o currículo não deve ser inflexível ao ponto de não permitir que alguns estudantes sejam incluídos na rede regular de ensino, porém, deve possuir certa organicidade para que as experiências pedagógicas sejam respaldadas e que haja clara intencionalidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, António V. **Como fazer uma revisão da literatura:** considerações teóricas e práticas. Revista da Associação Acadêmica da Universidade da Madeira, Funchal, n. 65, ano VII, p. 42-44, maio 2012. ISSN: 1647-8975.

BRASIL. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. (2001). Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF: Presidência da República, Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. (2006). **Saberes e práticas da inclusão:** recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília, DF: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____. (2013). **Currículo em movimento da educação básica.** Educação especial. Brasília, DF: SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2013. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/8_educacao_especial.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRITO, D. S.; CALDAS, F. S. **A evolução da carreira de magistério de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) nos institutos federais.** Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica, v. 1, n. 10, 12 p., 2016. ISSN 1983-0408. DOI 10.15628/rbept.2016.4024.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** guia prático do estudante. 3. ed. [S. l.]: Vozes, 2012. 112 p. ISBN-10 853264354X. ISBN-13 978-8532643544.

CAMPOS NETO, Edgar de Campos; LIMA, Edméia Maria de; ROCHA, Ana Carolina. **Breve reflexão acerca da reforma do ensino médio e seus impactos na formação do estudante.** Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). ISSN: 2176-1396. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23840_12892.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

CORDEIRO, L. Z.; GOMES, E. **Estudo sobre o uso e a apropriação das tecnologias da informação e comunicação na educação Latino-Americana:** ensaio sobre um percurso de investigação. Uberaba, v. 5, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2012.

DEMO, Pedro. **Aprendizagens e novas tecnologias.** Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 53-75, ago. 2009. ISSN 2175-8093. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/ptic/textos/80-388-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica:** concepções e desafios. v. 36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. Campinas: Educação & Sociedade, 2015. Disponível em: <http://www2.unicentro.br/proen/files/2016/05/DCN-texto-Dourado.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FORMOSINHO, J.; MACHADO, J. **Currículo e organização** – as equipas educativas como modelo de organização pedagógica. Universidade do Minho Portugal, Currículo sem Fronteiras, Braga, v. 8, n. 1, p. 16, jan./jun. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação inicial de professores para a educação básica:** pesquisas e políticas educacionais. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1899/1899.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. **Políticas docentes no Brasil:** um estado da arte. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Organização das Nações Unidas, Ministério da Educação, Brasília, DF, set. 2011. ISBN 978-85-7652-151-8. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020. MAGALHÃES, Eduardo Nunes de; VIEIRA, Ester Melo. **Análise do conforto ambiental e ergonômico em uma instituição de ensino.** Revista SUSTINERE, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 317-337, jul./dez. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 256 p. ISBN-10 8597010665. ISBN-13 978-8597010664.

MARTINS, Gilberto de Andrade; PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 96 p. ISBN 8522430047. ISBN-13 9788522430048.

MORICONI, Gabriela Miranda. **Medindo a eficácia dos professores: o uso de modelos de valor agregado para estimar o efeito do professor sobre o desempenho dos alunos**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2012.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. **Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos FHC e Lula: trabalho e cidadania**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0109.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

PACHECO, Eliezer. **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **As altas escolas pedagógicas (HEP) suíças entre a forma escolar e a forma universitária: as questões**. In: TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p. ISBN 978-85-7717-158-3.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática x revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura no Brasil: da regulamentação aos projetos institucionais**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 15-36, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiIoeTAXLXAhWEDZAKHe6aBKAQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ser.ufv.br%2Fseer%2Feducacaoemperspectiva%2Findex.php%2Fppgeufv%2Farticle%2Fdownload%2F420%2F100&usg=AOvVaw2yt3DsQZgvPBCwctY6Q300>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SOUSA, Luís Manuel Mota de; FIRMINO, Cristiana Furtado; MARQUES-VIEIRA, Cristina Maria Alves; SEVERINO, Sandy Silva Pedro; PESTANA, Helena Castelão Figueira Carlos. **Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem**. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, Angra do Heroísmo, v. 1, n. 1, jun. 2018.

SPAGNOLO, C.; TEDESCO, S.; OLIVEIRA, V. M. T. de. **Currículo adaptado e Tecnologias Assistivas: apoio ao aprendizado de crianças com necessidades especiais.** Passo Fundo: Seminário Nacional de Inclusão Digital, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 328 p. ISBN-10: 8532626688. ISBN-13: 978-8532626684.

VIEIRA, Marina Helena Pereira. **Análise Ergonômica do Trabalho Docente na Pós-Graduação: estudo de caso no departamento de engenharia de produção de uma instituição de ensino superior (IES) pública federal.** 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção de Sorocaba, Sorocaba, 2018.



thought
Revista Científica